

publicação/publicación de



Trabalho/Trabajo

Brasil: concluído debate de reforma sindical - Depois de 14 meses de negociações com trabalhadores e empresários, o Ministério do Trabalho deve encaminhar, na próxima semana, a reforma sindical à Casa Civil.

As regras contidas em 238 artigos de um projeto de lei e em uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) recém finalizados foram expostas nos últimos dois dias, em Porto Alegre, pelo secretário de Relações de Trabalho do ministério, Osvaldo Bargas. Na quinta-feira, ele apresentou as definições para os sindicatos patronais e ontem, para as entidades de trabalhadores.

Segundo Bargas, a PEC será enviada ao Congresso Nacional ainda neste ano. O projeto de lei ficará para o ano que vem. A reforma deve tramitar por nove meses na Câmara e no Senado até ser aprovada.

Apesar de ter sido discutida pelo Fórum Nacional do Trabalho - que reuniu representantes do governo federal, dos empresários e dos trabalhadores -, a proposta do ministério ainda gera críticas. Entidades como a Confederação Brasileira de Profissionais (CBP) se posicionaram contra as diretrizes do projeto apresentado em Porto Alegre.

Uma das polêmicas gira em torno do financiamento dos sindicatos. O projeto prevê o fim do imposto sindical e das contribuições assistencial e confederativa hoje existentes, cujos percentuais são definidos pelos sindicatos. Estas cobranças serão substituídas por uma taxa negocial, vinculada às negociações coletivas, e o desconto mensal não poderá ser maior do que 1% do salário líquido - ou 13% de um salário ao ano. O governo argumenta que a mudança aliviará o bolso dos trabalhadores.

A proposta de reforma sindical a ser enviada para avaliação da Casa Civil envolve 238 artigos que alteram a estrutura sindical do país, incluindo a forma de resolver os conflitos entre empresários e trabalhadores. As negociações de acordos coletivos, por exemplo, no caso de impasse, em vez de irem parar na Justiça, passarão a ser resolvidas por um árbitro, que poderá ser público ou privado.

Outra mudança refere-se ao imposto sindical, cobrado atualmente de todos os trabalhadores. A contribuição, hoje equivalente a um dia de salário por ano, será substituída por uma taxa negocial, que poderá chegar a 1% do rendimento mensal do empregado. A reforma sindical também modifica as regras do direito de greve. (Zero Hora, 06/11/04)

Promoção / Promoción



Coordenadora de
Centrais Sindicais do
Cone Sul

Edição / Edición



Consultoria Econômica Social Integrada- CESI

Principais mudanças incluídas no projeto de reforma sindical:

Representação

Como é: pode existir apenas um sindicato por categoria em cada município. O direito de representar a categoria é da entidade que garantir primeiro a carta sindical, a partir de assembléia de empregados ou empregadores. Mesmo que o trabalhador não se alinhe com a representação, está vinculado ao sindicato. Centrais sindicais - como CUT e Força Sindical - não têm reconhecimento legal.

Como ficará: abre-se a possibilidade para a existência de mais de um sindicato de cada categoria por município. Serão reconhecidas as entidades que comprovarem a representação de mais de 20% da classe. A partir da aprovação da reforma sindical, os sindicatos em operação terão cinco anos para se adaptar. Os que forem criados depois de publicadas as novas regras terão o mesmo prazo para comprovar a representação. As centrais sindicais - como CUT e Força Sindical - serão reconhecidas.

Financiamento dos sindicatos

Como é: os sindicatos são financiados pelo imposto sindical anual, equivalente a um dia de salário, e pelas contribuições assistencial e confederativa, definidas no momento da negociação salarial. Além disso, os associados dos sindicatos pagam mensalidades.

Como ficará: o imposto sindical e as contribuições assistencial e confederativa serão extintos. Para substituí-los, será criada a taxa negocial, definida no momento da negociação salarial, que poderá ser de no máximo 1% do salário líquido mensal. Os associados continuarão pagando a mensalidade dos sindicatos.

Organização no local de trabalho

Como é: não há reconhecimento legal do direito dos trabalhadores de se organizar dentro das empresas. Ou existe acordo entre patrões e empregados ou o empresário decide o que pode ser feito dentro do local de trabalho. Há estabilidade no emprego para dirigentes sindicais.

Como ficará: os sindicatos poderão ter suas representações nos locais de trabalho. A cada 80 trabalhadores, a empresa deverá admitir a presença de um representante do sindicato. Os empregados não poderão ser punidos pela organização. Dirigentes sindicais continuarão tendo estabilidade.

Negociação coletiva

Como é: as partes negociam sem a fiscalização do Ministério do Trabalho, que só é informado dos resultados. Empregados ou empregadores podem se negar a negociar. Quando vence o acordo coletivo de um ano, suas garantias não podem ser renovadas sem concordância das partes. Quando há impasse, uma das partes pode acionar a Justiça do Trabalho.

Como ficará: o Ministério do Trabalho irá fiscalizar as negociações, para que efetivamente ocorram. Caso não haja consenso até o vencimento do prazo do acordo coletivo, suas garantias serão prorrogadas por 90 dias. Em caso de impasse, haverá a mediação pública ou privada, com o intuito de forçar um consenso. Se não houver resultado, o caso será arbitrado por um árbitro privado ou pela Justiça, conforme escolherem as partes.

Direito de Greve

Como é: existe uma lei de greve, e a Justiça pode considerar o movimento ilegal ou exigir a presença de determinada parcela dos servidores em serviço.

Como ficará: as regras devem ser definidas por meio de negociação entre empregados e empregadores. A Justiça não poderá decidir sobre o mérito do movimento grevista.

La Federación de Educadores para desde hoy sus actividades - La Federación de Educadores del Paraguay inicia hoy una medida de fuerza de un mes de duración en reclamo de una pirámide salarial para el sector, que tenga como base el salario mínimo (G. 972 mil). La huelga llega justo en la etapa final del año lectivo, cuando los estudiantes deben realizar la retroalimentación de saberes y rendir las últimas pruebas del ciclo escolar.

"La huelga se hace. El primer día será de reuniones en las escuelas y para el martes vamos a hacer una concentración nacional en Asunción", expresó ayer Carlos Parodi, dirigente de la Federación de Educadores del Paraguay (FEP). Añadió que durante todo el fin de semana esperaron un llamado para continuar negociando, ya que están abiertos al diálogo. Las negociaciones, que fueron intensas en los últimos días hábiles, se cortaron el fin de semana. Al cierre de esta edición no había ninguna perspectiva de una reunión que fuera a cambiar el panorama.

La federación convocó a esta medida en reclamo de la puesta en vigencia de una pirámide salarial, que tenga como base el salario mínimo del obrero. Esto implicaría un aumento de sueldo para la gran mayoría de los educadores, que hoy ganan 758 mil guaraníes por turno y que este mes recibirán un reajuste salarial que es en promedio del 10%. Solo sentar la base de la pirámide tendrá un costo anual de 56 mil millones de guaraníes extra.

Según Corina Falcón, presidenta del gremio, hay capacidad para movilizar a entre 25 y 30 mil docentes (casi la mitad del plantel nacional). *(ABC Color, 08/11/04)*

Trabajadores no registrados ganan un 42 % menos - Los trabajadores que perciben salarios "en negro" cobran un 42 por ciento menos que los que están registrados, aunque en ambos casos tengan el mismo nivel de educación, indicó el titular de la consultora Sociedad de Estudios Laborales (SEL), Ernesto Kritz.

Según señaló Kritz, "después de un 2002 en el que hubo una gran destrucción de empleos en blanco, y un 2003 donde la mayoría de los empleos que se recuperaron fueron informales, este año hay alguna recuperación del empleo formal". Esa recuperación de la formalidad laboral es consecuencia de que "está aumentando la recaudación del IVA, y eso significa que (las empresas) tienen ingresos en blanco y, por eso, no pagan en negro".

En declaraciones a Radio América, el titular de la consultora SEL sostuvo además que "los trabajadores registrados tienen hoy un nivel de salario real que no está muy por debajo de lo que tenían a fines de 2001", pocas semanas antes de la devaluación y que los trabajadores no registrados, hoy perciben un 20 por ciento menos, en términos reales, de lo que recibían antes de la devaluación.

Kritz subrayó que desde principios de la década del '80: el empleo en negro es esencialmente un problema de los pequeñísimos establecimientos, que evaden todo y tienen muy baja capacidad de pago salarial. De acuerdo con datos elaborados por SEL, en los establecimientos con hasta 5 trabajadores el nivel de empleo en negro alcanza al 91,9 por ciento de la plantilla de personal.

Por otra parte, el Gobierno tiene previsto presentar esta semana un nuevo proyecto de pasantías para el sector industrial, en el cual se establece que las empresas que adhieran al programa deberán contratar, sin período de prueba, a por lo menos el 70 por ciento de los pasantes y generar, como mínimo, 50 nuevos puestos de trabajo.

Esta iniciativa será debatida el viernes próximo en el marco del Consejo del Salario, que encabeza el Ministerio de Economía e integran, junto al Gobierno, empresarios y sindicalistas. *(Diario Gremial. 27/10/04)*

AEBU pide mayor bancarización - El dirigente de AEBU Gustavo Bernini manifestó que existen "empresas que hacen intermediación financiera por fuera de lo que es el sistema financiero y esto quiere decir que no hay controles del Banco Central y evaden los aportes de la caja bancaria".

Al mismo tiempo Bernini advirtió que se "debe pensar dentro de la política tributaria, cuál será el rol que el propio sistema financiero va a jugar en ese marco" y sentenció que no existe país en el "mundo que donde se implante el impuesto a la renta y donde no se continúe con un proceso de bancarización de la sociedad para que el sistema financiero sea el protagonista del

pago del Impuesto a la Renta Personal, por tanto visualizamos un cambio del sistema en función del cambio de la economía del país". (*La Republica* , 07/11/04)



Lavagna pelea con Brasil para equilibrar una relación despereja - En un nuevo intento por poner fin a la larga espera o por forzar una negociación seria ya, el ministro buscó sumar a su causa a los empresarios argentinos que suelen tratar con sus pares brasileños. Por eso les reveló el texto de aquél documento de Iguazú, que hasta ahora se había cuidado de mantener en reserva. Resumido a los problemas que hoy urgen a Lavagna, implica:

- Determinar qué instrumentos se aplicarán cuando surjan desequilibrios, por razones estructurales o sectoriales, en el intercambio comercial: por ejemplo, imponer cuotas u otras restricciones a las importaciones.
- Armonizar el desarrollo integrado de aquellos sectores donde existen empresas a ambos lados de la frontera.
- Crear "códigos de conducta" para las multinacionales. En concreto, un régimen que evite la mudanza de empresas o líneas de producción de la Argentina a Brasil y que, además, ponga condicionamientos a inversiones que directamente se inclinan hacia Brasil.

Es justo reclamarle a Brasil que cumpla lo que ha firmado sobre coordinación de políticas macroeconómicas y sectoriales y armonización de legislaciones. Pero nada de todo eso reemplaza las políticas propias.

Lavagna puede estar dispuesto a imponer nuevas restricciones al ingreso de productos brasileños, como le anticipó a los empresarios. Pero está claro que la superación de las fricciones requiere de una determinación política que lo excede: más precisamente de un diálogo entre los presidentes Kirchner y Lula.

Al Gobierno argentino puede incomodarle el papel que Lula ha tomado en el escenario regional e internacional. Pero no es sólo por Lula que esto pasa, aunque él contribuya con un activismo encomiable: es por que desde hace tiempo Brasil tiene hacia afuera una estrategia permanente, que no nace exclusivamente de su propio peso. Otros países de menores dimensiones también la tienen. (*Clarín*, 06/11/04)

Futuro gobierno priorizará al Mercosur - El senador del Encuentro Progresista - Frente Amplio- Nueva Mayoría Alberto Couriel afirmó que el futuro gobierno de Tabaré Vázquez priorizará al Mercosur en materia de comercio exterior e intentará multiplicar las relaciones con los EEUU.

Couriel dijo que se aspira a mantener "relaciones normales y muy fluidas" con este país, al que calificó de "potencia económica hegemónica" pero también se intentará "multiplicar dichas relaciones".

Por otra parte, el legislador opinó que George Bush, a partir de su reelección, "puede seguir dándole prioridad al tema del terrorismo que no es un tema menor, pero no debemos olvidar el hambre, la pobreza y el desempleo que tanto juegan para América Latina" y subrayó que para eso es "indispensable que los EEUU comprendan que los subsidios agrícolas, las cuotas y la ley de bioterrorismo afectan a las exportaciones de toda la región". (*La Republica*, 06/11/04)

Uruguay se integraría a un tratado comercial de provincias argentinas - La Región Centro, que integran las provincias de Entre Ríos, Córdoba y Santa Fe, analizará la incorporación al bloque económico de Uruguay y de los Estados del sur de Brasil, durante su próxima cumbre, que tendrá lugar los días 25 y 26 de noviembre próximos. Así lo confirmó el ministro de Gobierno de Córdoba, Eduardo Accastello, quien participó de la inauguración de la

sede de la Región Centro en Santa Fe. De esta manera se podría estar concretando un tratado comercial, dentro de otro tratado comercial como lo es el Mercosur.

El funcionario sostuvo que esta posibilidad de integración con los países vecinos es altamente positiva, además, "el gobernador De la Sota viene proponiendo un trabajo articulado con la República de Brasil".

Los gobernadores José Manuel de la Sota; Jorge Busti, de Entre Ríos, y Jorge Obeid, de Santa Fe, encabezarán el 25 y 26 de noviembre próximos una nueva reunión "cumbre" de la Región Centro para evaluar su marcha, tras el relanzamiento a fines de julio en Córdoba. (*La Republica*, 25/10/04)

Brasil e Argentina discutem ciência para o Mercosul - Mais de 300 cientistas do Brasil e da Argentina iniciaram ontem encontro em Buenos Aires para debater as políticas científicas do Mercosul. Organizada pelo Ministério da Educação da Argentina, a reunião vai até quinta-feira. Os ministros de Ciência e Tecnologia dos dois países devem assinar hoje convênio para adoção de dois programas bilaterais, nas áreas de tecnologias da informação e inclusão social. (*O Estado de São Paulo*, 02/11/04)

Integración en autopartes - Consejo Empresarial Mercoparts - Entidades que representan a empresas de autopartes de los países del Mercosur-Argentina, Brasil, Uruguay y Paraguay- crearon el viernes 22 un Consejo Autopartista del Mercosur (Mercoparts). Brasil ocupará la presidencia de la entidad por dos años y el representante de Mercoparts es el titular de Sindipeças, Paulo Burtori.

El objetivo del Consejo es promover los intereses generales del sector en armonía con los otros integrantes de la cadena de producción automotriz. Mercoparts también deberá promover la integración de las entidades del sector de autopartes en América Latina para estimular el flujo de información. El Consejo brindará informaciones a los gobiernos para promover la corrección o eliminación de factores que perjudiquen a la competitividad de las industrias de autopartes del Mercosur.

El Presidente de la Asociación de Fabricas Argentinas de Autopartes, Rodolfo Achile, defendió la complementariedad del sector de autopartes de los cuatro países, en lugar de esperar de que los gobiernos resuelvan las cuestiones de asimetría entre los cuatro socios.

Argentina es el segundo mercado para las autopartes fabricadas en Brasil, detrás de Estados Unidos. Durante enero-agosto del 2003 fueron u\$s 260,7 millones, valor que creció un 88,69% en el mismo período de este año a u\$s 492,02 millones.

Propuesta en San Pablo - Coalición empresarial argentino brasileña - Invitados por el Ministro de Relaciones Exteriores del Brasil, Celso Amorim, y con la participación del Canciller argentino, Rafael Bielsa, se reunieron en San Pablo, el 14 de octubre de 2004, líderes empresariales del Brasil y la Argentina. En este marco se propuso la creación de una Coalición Empresarial, a fin de promover la expansión de la producción, el comercio, la tecnología y la generación de empleos.

En el contexto actual de crecimiento de las economías de los dos países, la coordinación empresarial para la profundización de la integración de los respectivos sectores industriales representa un paso fundamental para fortalecer la competitividad de los productos brasileños y argentinos en el mercado internacional.

Los empresarios brasileños y argentinos reconocen los beneficios económicos ya obtenidos con la integración entre sus países y consideran que el proceso debe ser fortalecido. En apoyo al impulso político dado por los respectivos Gobiernos a la integración económica bilateral, los sectores privados brasileño y argentino propusieron la creación de una Coalición Empresarial, a fin de promover la expansión de la producción, el comercio, la tecnología y, consecuentemente, la generación de empleos.

En ese sentido, la Coalición Empresarial Brasileño-Argentina tendrá por objetivo la promoción del diálogo entre los medios empresariales de los dos países, la profundización creciente de la integración económica, el establecimiento o fortalecimiento de cadenas productivas entre los dos países y el apoyo a los respectivos Gobiernos en el diseño de estrategias comunes de desarrollo y de negociación en los foros económico-comerciales internacionales.

La creación de la Coalición Empresarial Brasileño-Argentina constituye un aporte fundamental de los empresarios de ambos países para maximizar los beneficios y transformar los desafíos de la integración en oportunidades concretas de crecimiento y prosperidad para nuestros países.

La próxima reunión de la Coalición Empresarial Brasileño-Argentina será realizada en Buenos Aires, el 24 y 25 de noviembre de 2004. (*Agencia Estado y Folha de Sao Paulo, 22.10 - Mercosur ABC*)

Itaipu Binacional sedia reunião sobre agricultura familiar do Mercosul - O Ministério do Desenvolvimento Agrário e representantes de movimentos sociais rurais do Brasil participarão amanhã (28) e sexta-feira (29) da 1ª Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar (Reaf) do Mercosul, na sede da usina Itaipu Binacional, em Foz do Iguaçu (PR).

A criação de políticas públicas comuns para o setor, a promoção do comércio dos produtos na região, a participação conjunta em negociações no mercado externo e a cooperação com organismos internacionais estão entre os temas em discussão. Deverão ser apresentadas, ainda, resoluções que serão levadas ao Grupo Mercado Comum e, se aprovadas, encaminhadas ao conselho de ministros.

A iniciativa de criação da Reaf foi sugerida pelo Brasil durante o 53ª Seminário Internacional para o Desenvolvimento e Fortalecimento da Agricultura Familiar, realizado em março em Assunção (Paraguai).

A agricultura familiar é responsável por quatro em cada dez alimentos que chegam à mesa dos brasileiros. O Brasil responde até o final do ano pela presidência temporária do Mercosul e caberá ao secretário-executivo do Ministério, Guilherme Cassel, coordenar a reunião de amanhã.

Além da criação de um plano de trabalho para 2005, a reunião tem por missão fazer uma pesquisa ampla sobre as características da agricultura familiar nos países do bloco. Segundo Celso Mendes de Carvalho, assessor internacional do Ministério, “esse estudo não existe e nós temos uma idéia de que o Brasil está em uma posição mais avançada, já que é o único que conta com um ministério com projetos específicos para o setor”.

Os resultados da reunião em Foz do Iguaçu serão apresentados no dia 13 de novembro na 2ª Reaf do Mercosul, em Brasília. Também participarão representantes dos ministérios das Relações Exteriores, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Meio Ambiente, da Agricultura Pecuária e Abastecimento, e de Minas e Energia. (*Panorama Brasil, 28/10/04*)



mpresas & Setores

Brasil reduz produção de lavadoras - Os fabricantes brasileiros de lavadoras de roupa decidiram cortar suas linhas de produção em razão das medidas protecionistas adotadas pela Argentina de impedir a entrada do produto no país, segundo informou ontem Paulo Saab, presidente da Eletros (Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos).

De acordo com Paulo Saab, as restrições impostas à indústria brasileira terão impacto no emprego tanto no Brasil quanto na própria Argentina, onde o setor conta com uma estrutura de distribuição de seus produtos. Saab disse, no entanto, que ainda não foram concluídos os estudos dos impactos sobre o emprego das medidas que estão sendo tomadas pelos produtores brasileiros.

No total, as exportações para a Argentina de lavadoras de roupa, fogões e geladeiras, as três linhas afetadas pelas medidas protecionistas, representam cerca de 26% do total das vendas externas brasileiras desses produtos.

Pelo acordo firmado entre Brasil e Argentina, os brasileiros limitariam suas exportações ao vizinho para impulsionar os fabricantes argentinos de geladeiras. O acordo previa a aplicação de uma cota de 18 mil unidades em outubro para o Brasil.

Licença para geladeiras é interrompida - As autoridades da Secretaria de Indústria argentina informaram ao governo brasileiro que interromperam, neste mês, as autorizações para importação de geladeiras do México e do Chile, informou o secretário de Comércio Exterior, Ivan Ramalho. Os produtos mexicanos e chilenos vinham ocupando parte do mercado local, aproveitando-se das restrições à venda de eletrodomésticos brasileiros.

Na próxima semana, técnicos dos dois governos farão uma reunião para "dimensionar" o tamanho do mercado argentino para refrigeradores e decidir, a partir daí, qual espaço deve ser reservado aos produtos do Brasil, informou o secretário de Comércio Exterior.

Os dois governos vêm discutindo, também, as dificuldades enfrentadas pelos exportadores de máquinas de lavar, que enfrentam prazos de até 60 dias para entrar no país vizinho, à espera de licenças não-automáticas. Os argentinos alegam que falta uma certificação exigida por lei e esses certificados serão providenciados, disse Ramalho. (*Folha de São Paulo*, 20/10/04 e *Valor Econômico*, 21/10/04)

Brasil advierte: no podemos "seguir tolerando" barreras de la Argentina - La línea blanca volvió a ser motivo de pelea entre Argentina y Brasil. Esta vez, fue el ministro brasileño Luiz Fernando Furlán el encargado de desatar la guerrilla de palabras. Dijo que el gobierno de Lula da Silva no quiere "seguir tolerando" las barreras que desplegó Roberto Lavagna para frenar la invasión en el mercado argentino de heladeras, cocinas a gas y lavarropas fabricados en Brasil. Según Furlán, el gobierno de Lula "fue muy tolerante con nuestros vecinos, por entender que Argentina pasó por una situación difícil".

El rebrote de la disputa tiene una explicación. Las industrias del sector, controladas en 90% por grandes multinacionales, están con un stock de productos, originalmente destinados a la Argentina, que no pueden vender en el mercado local. Sin embargo, en el trasfondo de la discusión entre los gobiernos argentino y brasileño subyace la situación económica de Brasil. Un reciente aumento de la tasa de interés doméstica decidida por la administración de Lula da Silva hace temer por el futuro de las ventas en el mercado local.

El enfrentamiento de Furlán con Lavagna es por la posición implícita en la estrategia del ministro de Economía. Este fue claro al señalar que pretende "barajar y dar de nuevo" en materia de distribución de inversiones en el Mercosur. Este asunto empieza a discutirse en las grandes empresas: los directivos de la empresa Electrolux dijeron a este diario que ya empezaron a pensar en la posibilidad de radicarse en la Argentina, en caso que se mantengan las barreras a las exportaciones de la línea blanca brasileña.

Es interesante señalar que la industria de electrodomésticos de Brasil es como la de automóviles: hace tiempo que dejó de ser de capitales nacionales. A comienzos de los años 90 estalló una onda de adquisiciones de empresas domésticas por grandes multinacionales. (*Clarín*, 22/10/04)

Brasil e Argentina vão discutir taxa para TVs - Representantes dos governos e das empresas que produzem televisores no Brasil e na Argentina reúnem-se hoje em Buenos Aires, em audiência pública do processo de investigação de salvaguardas. Em julho último o governo argentino impôs tarifa de 21,5% para a importação de televisores em cores produzidos na Zona Franca de Manaus (ZFM), enquanto prossegue com as investigações.

A Eletros - Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos apresentará na audiência um estudo jurídico mostrando que as imposições argentinas ferem o princípio do Mercosul e do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT). E pretende provar que as vendas brasileiras não estão afetando a indústria argentina.

O documento brasileiro destaca que o Acordo sobre Salvaguardas estabelece que as medidas devem ser aplicadas de maneira não seletiva a produtos importados independente de sua procedência, o que não foi respeitado, já que a aplicação atingiu apenas as importações originárias da Zona Franca de Manaus.

O documento destaca ainda não ser pertinente a argumentação de que o acordo do Mercosul permite a aplicação seletiva, já que no acordo regional também está previsto que as salvaguardas seguem regime jurídico do GATT e assim implicam a adoção do princípio de não seletividade.

A indústria brasileira rebate também as afirmações argentinas de que as exportações da Zona Franca de Manaus para o país vizinho registraram forte crescimento em 2003. (*Gazeta Mercantil*, 27/10/04)

Reunião de calçadistas pode selar acordo - Pelo menos em um setor, as negociações entre Brasil e Argentina parecem caminhar para um acordo amigável: calçados. Uma reunião entre o secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil, Márcio Fortes, e o secretário da Indústria e Comércio da Argentina, Alberto Dumont, pode selar um acordo nessa área na próxima semana.

O setor privado brasileiro está propondo que a Argentina não contabilize as sandálias plásticas de tiras no volume a ser exportado pelo Brasil. Segundo o dirigente da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados) os argentinos parecem simpáticos à proposta, porque esse tipo de sandália não é produzida naquele país. E é esse exatamente esse o produto que registra o maior crescimento nas vendas, principalmente no verão.

Em conversas anteriores, os setores privados dos dois países haviam mencionado um volume de 13 milhões de pares de calçados como limite para as exportações brasileiras para a Argentina em 2004. A Abicalçados, no entanto, nega ter aceito qualquer tipo de cota ou restrição voluntária.

De janeiro a setembro desse ano, o Brasil já exportou 10,6 milhões de pares de calçados para a Argentina. Por conta da forte crise econômica que a Argentina atravessou, o país ocupava, em 2003, a posição de sétimo destino das exportações brasileiras. No ano passado, foram vendidos 2,3 milhões de pares de calçados. (*Valor Econômico*, 28/10/04)



otas

BNDES financiará productos argentinos

Un informe de Center Group de setiembre de 2001, detalla algunos de los elementos que hacen presumir un aumento de las exportaciones argentinas a Brasil. Entre ellos, está por aprobarse una medida que permitiría al BNDES brasileño, considerar como bien nacional la producción de ciertas maquinarias y equipos, con control accionario por parte de empresarios del Mercosur.

El informe del CG menciona algunos puntos clave para lograr la afluencia de productos argentinos hacia Brasil:

1. Que se abran las bases de datos para poder conocer quién importa en Brasil, qué producto, de dónde lo trae y qué precio paga por él.

Estado de situación: la base de datos no es pública ni es gratuita desde 1998, pero en la práctica, los datos podrían conseguirse.

2. Que el BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – financie productos argentinos como si fueran considerados “made in Brasil”. Específicamente de la Línea FINAME para bienes de capital. Estado de situación: estaría para la firma del directorio del Banco, una medida interna que permitiría considerar como bien nacional, para efectos de índice de nacionalización de máquinas y equipos de la línea FINAME, componentes y piezas fabricadas por empresas establecidas en el MERCOSUR, cuyo control accionario sea de personas domiciliadas y residentes en el MERCOSUR.

La finalidad de la medida es fortalecer al empresariado del MERCOSUR. Un ejemplo: Un empresario argentino, uruguayo, paraguayo, o brasileño, tiene una empresa en Argentina que fabrica una pieza que hará parte de un producto que será fabricado (o concluido) en Brasil. Esta pieza, mismo siendo fabricada en Argentina, será considerada como hecha en Brasil, para efectos del índice de contenido nacional exigido por la línea FINAME que oscila entre el 60% y el 90% de acuerdo con el producto.

El Banco afirma que su objetivo es financiar cadenas productivas y no apenas productos brasileños. Esto sin ninguna duda, puede contribuir a la exportación de muchos productos argentinos a Brasil.

Servicios vinculados Center Group Int: Podemos asesorar a las empresas Argentinas que estimen tener productos comprendidos por esta medida. Tanto para la verificación ante del BNDES como para el eventual Registro del producto ante al referido Banco.

Otras informaciones de interés para los exportadores Argentinos, respecto a la coyuntura brasileña:

3. El BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – va a financiar importaciones de productos argentinos, bien como del MERCOSUR en general, realizadas por empresas brasileñas. Esto se aplica también a empresas brasileñas con socios argentinos.

Estado de situación: Los bienes a financiar tienen que estar incluidos en algún proyecto, pero hasta este momento, la financiación con esta modalidad, no comprendía productos importados y menos aun de Argentina. La medida favorece al sector automotriz, auto partes, componentes, etc.

Para instrumentar este proceso, Brasil está negociando con Argentina, la apertura de una línea de U\$S 250 millones, vía el CCR – Convenio de Crédito Reciproco. Funcionaría como una cámara de compensaciones.

Con esta línea se podría financiar también, el gasoducto de Petrobrás en el sur argentino.

Sin el CCR, no podría instrumentarse esta línea de crédito. Venezuela ya instrumentó este acuerdo de crédito mediante los acuerdos del CCR aumentando el límite en U\$S 200 millones.

El BNDES está abriendo una oficina en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires.

4. Deuda Pública: la deuda pública brasileña, alcanzó su nivel más bajo, en relación al PBI, desde abril de 2003. Representó en agosto, el 54,1% respecto del producto bruto interno de Brasil, cuando en julio último, correspondía al 55% respecto del mismo parámetro. El valor de la deuda pública de Brasil es de R\$ 941.313.000 millones.

5. Inversión para exportar más. Mejora en la infraestructura de puertos brasileños: El gobierno brasileño va a inyectar R\$ 282 millones para mejorar la infraestructura de 11 puertos (sobre un total de 54 puertos existentes en Brasil). De esta forma se espera bajar los costos vinculados a las exportaciones y mejorar la logística del proceso exportador.

6. Programa Invista Ja – “Invierta Ahora” -: El gobierno del Presidente Lula, bajo dos medidas de desgravación tributaria, para aumentar la inversión del sector privado. Se trata de la devolución en hasta dos años (antes era de cuatro años) del Pis y la Cofins pagos en la compra de maquinarias y equipos. También redujo a la mitad el tiempo de compensación para la amortización de bienes de capital en la base tributaria del impuesto a las ganancias. El objetivo de este programa es aumentar la inversión y consecuentemente aumentar la competitividad brasileña.

7. FMI: Brasil no va a utilizar los fondos disponibles del acuerdo con el FMI. El organismo internacional, aprobó la revisión de las metas, lo que permitiría a Brasil, retirar U\$S 1.330 millones. El gobierno brasileño aseguró que no utilizará esta herramienta financiera, salvo que algún problema no previsto en la economía internacional, lo obligue por fuerza mayor.

8. Superávit primario: En los últimos días, el Ministro Palocci, comunicó que el gobierno aumentaría el control de las cuentas públicas para dar mayor confianza a los mercados internacionales. No obstante la meta con el FMI ser del 4,25% respecto del PBI, el gobierno Lula, aumentó el índice del superávit para 4,5%. No obstante esta nueva meta, el superávit primario – ingreso menos gastos, sin contar los intereses de la deuda – del mes de agosto, representó el 5,82% sobre el PBI. Este número es un récord absoluto desde el comienzo de la medición en 1991. (*Mercosur ABC, 13/10/04*)

Mercado de trabalho depende de avanço mais acelerado

Claudio Salvadori Dedecca

No final de 2003, eram observados sinais razoavelmente consistentes sobre a trajetória de recuperação da economia brasileira para este ano. A controvérsia existente centrava-se na intensidade da recuperação. Alimentada pelo setor externo, estimava-se que seu alcance seria limitado, podendo até não atingir os 3,5% projetados. Apontava-se para a necessidade de recuperação do mercado interno, seja para tornar mais elevada a taxa de crescimento para 2004, seja para reduzir o risco de comprometimento do desempenho econômico por uma mudança no cenário internacional.

A recuperação da economia brasileira tem surpreendido, menos pelo comportamento do mercado interno, que continua mostrando fraco desempenho, e mais pelo crescimento esplêndido das exportações.

A performance do mercado interno é explicada pela ausência de uma política de governo mais consistente de estímulo ao consumo e ao investimento, comportamento alvo de críticas recorrentes do empresariado e dos trabalhadores.

Em suma, no início deste ano, havia razoável convergência das expectativas quanto ao crescimento da economia e, também, quanto aos seus efeitos favoráveis sobre o mercado de trabalho. Para um crescimento em torno de 3,5% em 2004, a queda do desemprego estaria associada à criação de empregos formais, mas continuaria dependente da geração de outras formas de ocupação. Ademais, considerava-se que uma taxa de crescimento nesse patamar não seria suficiente para permitir, simultaneamente, a queda do desemprego com o aumento do rendimento médio real do trabalho. O prognóstico mais favorável era de recuperação da ocupação com aumento da informalidade, queda do desemprego e estabilidade do rendimento real.

Decorridos nove meses, é possível afirmar que essa projeção tem sido fielmente ratificada. Os dados da Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) mostram, em face de uma variação anualizada da população economicamente ativa de 2,1% no conjunto das regiões metropolitanas, modificações no desemprego de -9,5%, na ocupação total de 3,8%, no emprego formal de 2,5% e estabilidade do rendimento médio real.

É pouco provável que essa tendência seja modificada ainda neste ano. Se, por um lado, é esperada uma melhora do nível de atividade do comércio e dos serviços, é certo, por outro, que a agricultura e a indústria deverão conviver com uma desaceleração sazonal. Ademais, a política monetária, expressa na elevação dos juros, aponta que a taxa de crescimento será monitorada em torno de 4% para 2004. Portanto o desemprego deverá continuar caindo até dezembro, movimento garantido por uma elevação da informalidade de modo complementar ao crescimento do emprego formal, num contexto de estabilidade do rendimento médio real do trabalho.

Explicita-se, desse modo, a insuficiência do crescimento atual para uma recomposição mais consistente do mercado nacional de trabalho. Para que fosse observado esse movimento, seria preciso um crescimento capaz de garantir o aumento da produtividade concomitante com a elevação do emprego formal, razoavelmente superior ao incremento da população economicamente ativa. Assim, estaria aberta uma janela de oportunidade para a queda do desemprego com a redução da informalidade e com a elevação do rendimento médio real do trabalho.

Um crescimento mais acelerado não se encontra presente no campo de preocupações da política econômica atual. E, portanto, não se deve esperar que ela adote medidas que possam favorecer o melhor desempenho do mercado de trabalho, no médio prazo, que pudesse produzir uma redução do desemprego suficiente para ser sentida pela população brasileira. Infelizmente, a questão do emprego não tem sido uma prioridade da política econômica. Caso isso tivesse ocorrido, seus gestores já teriam percebido a insuficiência do crescimento por eles imposto à nação e teriam alargado seu campo de ações para além da política monetária.

Claudio Salvadori Dedecca é professor e pesquisador do Cesit (Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho) da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas). (FSP, 23/10/04)

Apoio

CAW, CLC, USWA-CA, CGT / Fr, CFDT, CGIL, CCOO, Solidarity Center / AFLCIO